

A111-003

NACIONAL

PIB

# BC muda divulgação do déficit público

Resultado acumulado em doze meses, que vem piorando, só será revelado no final de setembro, via Internet. Em cinco meses as contas ficaram negativas em 6,52% do PIB

Mônica Izaguirre de Brasília

O Banco Central (BC) decidiu estender o prazo de defasagem com que divulga o déficit acumulado pelo setor público em 12 meses, indicador que vem piorando nos últimos meses. Esperado para ontem, o número do déficit acumulado até maio foi excluído da nota mensal à imprensa sobre as contas do setor público e só deverá ser informado no final de setembro, pela Internet.

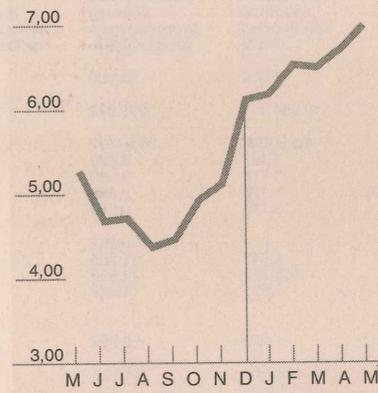
Em abril de 1998, o déficit público em 12 meses atingiu o equivalente a 6,72% do Produto Interno Bruto (PIB) pelo conceito nominal, o mais amplo, que inclui gastos com juros de dívida. Foi o pior desempenho desde novembro de 1996. Em maio, esse indicador evoluiu para 7% do PIB pelos cálculos do economista Raul Velloso, especialista em contas públicas.

O BC não admite, mas a impressão generalizada que ficou entre os jornalistas, inclusive estrangeiros, que compareceram à entrevista mensal sobre contas públicas, ontem, foi uma só: o fato de o déficit em 12 meses ter batido a marca de 7% pode ter levado o governo a adiar a divulgação do número oficial para tentar diminuir o impacto negativo da notícia.

O principal número divulgado ontem pelo BC foi o do déficit acumu-

## Déficit nominal

Em % do PIB acumulado em 12 meses 1997/1998



Fonte: Bacen e Centro de Informações da Gazeta Mercantil. \* Percentual estimado pelo economista Raul Velloso com base em dados do BC

lado nos cinco primeiros meses do ano: 6,52% do PIB do mesmo período, dado melhor, portanto, que o que deixou de ser divulgado. Ainda assim, esse desempenho é pior que o de igual período de 1997, quando a União, Estados, Municípios e suas estatais geraram um déficit equivalente a 4,23% do PIB daqueles cinco meses.

O chefe do Departamento Econô-

mico do Banco Central (Depec), Altamir Lopes, disse que a decisão de não divulgar o número em 12 meses foi sua e que visa a "evitar uma distorção estatística". Para ele, o déficit acumulado em 12 meses não é o melhor indicador do desempenho do setor público atualmente porque está muito afetado pelo resultado extraordinariamente negativo de dezembro de 1997. Só naquele mês, o setor público produziu um déficit de R\$ 13,37 bilhões.

Altamir Lopes considera que o dado referente ao acumulado em 1998 é melhor e mais revelador porque mostra como está o desempenho fiscal no atual exercício, sem influências do ano passado. O dado que deixou de ser divulgado mede o déficit ocorrido de junho de 1997 a maio de 1998.

O chefe do Depec recusou-se a sancionar qualquer estimativa de número para o resultado em 12 meses até maio. Mas, pelo menos, reconheceu que de abril para maio "certamente houve uma piora". Ele rebateu com veemência os questionamentos sobre uma possível intenção do BC em tentar esconder o número para evitar impacto negativo da notícia, por causa da proximida-

de das eleições ou qualquer outro motivo. "Eu mesmo já tinha dito que ainda haveria uma piora e que o déficit em 12 meses só voltaria a cair mais no fim do ano. Não estamos querendo esconder nada".

O economista Raul Velloso informou a este jornal que o cálculo de 7% do PIB, feito por ele, leva em conta os fluxos mensais divulgados ontem pelo Banco Central e a mesma metodologia de atualização usada pelo BC para o déficit e para o PIB. Atualmente consultor independente, Velloso já foi integrante da equipe econômica em governos anteriores e ainda é ouvido com atenção pelos gerentes da política econômica da administração atual.

O chefe do Depec assegurou que o dado em 12 meses até maio será divulgado "antes das eleições", numa demonstração de que a decisão anunciada ontem não tem qualquer natureza eleitoral. Mas a questão é que, ao adiar o de maio, o BC adiu-

junto toda a série, cujos resultados imediatamente seguintes serão ainda piores, segundo estimativas do economista Raul Velloso.

Pelos cálculos de Velloso, o resultado em 12 meses vai continuar piorando no que se refere a junho e julho, pois a Previdência, principalmente, continuará gerando déficit. Ou seja, não fosse o adiamento, em setembro, logo antes das eleições, o BC estaria divulgando oficialmente um dado ainda pior que 7%, que seria o de junho ou julho.

O déficit em 12 meses só voltará a cair, segundo Velloso, em agosto. A melhora estará relacionada aos R\$ 8,8 bilhões que o Tesouro vai arrecadar em função da primeira parcela da privatização da Telebrás. Nos três meses seguintes, o déficit deverá apresentar de novo algum crescimento no acumulado em 12 meses, só caindo de novo em dezembro.

O resultado em 12 meses até dezembro, que equivalerá ao do ano

fechado de 1998 vai ser melhor porque sairá do período considerado o déficit ocorrido em dezembro de 1997. Raul Velloso estima que o déficit do setor público no ano de 1998 fique entre 6,1% e 6,7% do PIB. Já Altamir Lopes prevê algo mais próximo do ano fechado de 1997, que foi de 6,11%.

Em maio último, especificamente, o setor público apresentou um déficit nominal de R\$ 5,932 bilhões, bem superior aos R\$ 2,78 verificados em maio de 1997. Desse total, R\$ 4,088 bilhões referem-se ao governo federal, R\$ 1,099 bilhão a administrações estaduais e municipais e R\$ 745 milhões a empresas estatais de todas as esferas.

Conforme Altamir Lopes, chefe do Departamento Econômico do Banco Central, o desequilíbrio das contas da Previdência Social tem sido o grande fator de geração de déficit no âmbito federal. Mas, em maio, o resultado foi influenciado também por pagamentos de dividendos, no montante de R\$ 860 milhões, pelas estatais federais e acionistas privados.

## Necessidades de financiamento do setor público

Discriminação	% do PIB*						
	1997**		1998**				
	Jan-Mai	Ano	Jan	Jan-Fev	Jan-Mar	Jan-Abr	Jan-Mai
Nominal	4,23	6,11	7,80	7,41	6,15	6,23	6,52

em 12 meses ter batido a marca de 7% pode ter levado o governo a adiar a divulgação do número oficial para tentar diminuir o impacto negativo da notícia.

O principal número divulgado ontem pelo BC foi o do déficit acumu-

sim, esse desempenho é pior que o de igual período de 1997, quando a União, Estados, Municípios e suas estatais geraram um déficit equivalente a 4,23% do PIB daqueles cinco meses.

O chefe do Departamento Econô-

conheceu que de abril para maio "certamente houve uma piora". Ele rebateu com veemência os questionamentos sobre uma possível intenção do BC em tentar esconder o número para evitar impacto negativo da notícia, por causa da proximida-

# Mercado surpreso com a decisão

Vicente Nunes  
de Brasília

A decisão do Banco Central de deixar de divulgar o déficit do setor público consolidado em 12 meses causou surpresa no mercado e estimulou uma série de comentários de que o governo estaria sonegando informações ruins para a sua imagem a dois meses das eleições. "Se isso for verdade, o BC fez uma bobagem. Uma atitude como essa só piora as coisas", disse o economista e analista político da MCM Consultores, Ricardo Ribeiro.

Segundo a economista do Banco Santander, Camila de Faria Lima, tanto no mercado interno quanto no internacional, sabe-se que o resultado das contas públicas apresentará uma piora considerável pelo menos até setembro. Pelas suas contas, o déficit nominal (que inclui o pagamento de juros e não foi divulgado pelo BC) no acumulado de 12 meses terminados em maio alcançou 7% do Produto Interno Bruto (PIB) e deve chegar a 7,5% no mês de agosto.

"Se o BC agiu por questões eleitorais, foi uma burrice", disse o ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, sócio-diretor da Consultoria Tendências. "O Brasil construiu, nos últimos dez anos, um sis-

tema de informações das contas públicas de grande transparência e credibilidade. Por que dar um passo em falso agora, às vésperas das eleições e quando todo mundo sabia que o déficit fiscal seria muito ruim?", indagou Maílson, ressaltando que boa parte dos investidores levantou a possibilidade de o BC estar sonegando informações porque a deterioração das contas públicas poderia criar dificuldades para a gestão da política cambial.

**Estimativa de especialista indica rombo de 7% do PIB nos 12 meses encerrados em maio; situação deve piorar**

Para o economista do Banco BB Creditanstalt, Adauto Lima, quem acompanha a tendência das contas públicas do Brasil não ficou surpreso com os 7% de déficit nominal nos últimos 12 meses que o Banco Central deixou de divulgar. "Mesmo que o BC não informe esse déficit ou o divulgue com grande defasagem, o mercado tem como calcular o número. Mas o melhor seria que o próprio BC o divulgasse, para reforçar sua credibilidade", afirmou.

Mauro Schneider, economista-chefe do Banco ING Barings, acredita que, por estar amarrado com as eleições, não podendo tomar agora medidas mais duras para equilibrar as finanças públicas, o governo deve preparar terreno para, assim que saírem os resultados da urnas, começar a reduzir o déficit fiscal. "A situação é grave e exige uma série de ações. O governo precisa urgentemente dar um sinal de austeridade", disse Schneider. No primeiro semestre deste ano, a rubrica outras despesas e custeios, por onde passam os gastos eleitorais, aumentou 22% em relação ao mesmo período do ano passado.

Segundo Schneider, o governo ainda está com fôlego para evitar uma explosão do déficit público e, conseqüentemente, da dívida pública, por causa do programa de privatização. "Mas a receita da venda de estatais vai acabar. E esse problema de endividamento não se resolve com arrecadação extraordinária", frisou. O chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, admitiu que os R\$ 8 bilhões que o governo receberá neste ano da venda da Telebrás não será suficiente para cobrir o rombo da Previdência Social, estimado entre R\$ 8,5 bilhões e R\$ 10 bilhões.

## Necessidades de financiamento do setor público

% do PIB\*

Discriminação	1997**		1998**				
	Jan-Mai	Ano	Jan	Jan-Fev	Jan-Mar	Jan-Abr	Jan-Mai
<b>Nominal</b>	4,23	6,11	7,80	7,41	6,15	6,23	6,52
Governo central	1,86	2,45	4,63	4,63	3,23	3,44	3,99
Governo federal e Banco Central do Brasil	20,8	2,64	4,78	4,90	3,32	3,63	3,97
Empresas estatais federais	-0,24	-0,19	-0,15	-0,27	-0,09	-0,19	0,02
Governos regionais	2,39	3,66	3,16	2,78	2,92	2,80	2,53
Governos estaduais e municipais	2,01	3,02	2,26	2,32	2,43	2,35	2,15
Empresas estatais estaduais	0,36	0,60	0,85	0,41	0,44	0,40	0,34
Empresas estatais municipais	0,02	0,03	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05
<b>Juros nominais</b>	5,22	5,19	8,04	7,80	7,53	7,55	7,36
Governo central	2,85	2,45	4,91	4,90	4,83	5,05	5,00
Governo federal e Banco Central do Brasil	2,48	2,37	5,04	5,03	4,96	5,16	5,09
Empresas estatais federais	0,17	0,06	-0,13	-0,13	-0,12	-0,11	-0,09
Governos regionais	2,57	2,73	3,13	2,90	2,69	2,50	2,36
Governos estaduais e municipais	2,10	2,30	2,87	2,69	2,50	2,32	2,18
Empresas estatais estaduais	0,46	0,42	0,24	0,19	0,18	0,17	0,17
Empresas estatais municipais	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
<b>Primário</b>	-0,99	0,92	-0,25	-0,39	-1,37	-1,32	-0,84
Governo central	-0,80	-0,01	-0,28	-0,27	-1,61	-1,61	-1,01
Governo federal e Banco Central do Brasil	-0,40	0,26	-0,26	-0,14	-1,64	-1,53	-1,12
Empresas estatais federais	-0,40	-0,27	-0,01	-0,14	0,03	-0,09	0,11
Governos regionais	-0,19	0,93	0,03	-0,12	0,23	0,29	0,17
Governos estaduais e municipais	-0,09	0,73	-0,61	-0,37	-0,07	0,03	-0,03
Empresas estatais estaduais	-0,11	0,18	0,61	0,22	0,26	0,23	0,17
Empresas estatais municipais	-0,01	0,02	0,03	0,03	0,04	0,04	0,03

Fonte: Banco Central. \* Reflete a relação dos fluxos com o PIB, ambos valorizados para o último mês do período com base no IGP-DI. \*\* Dados preliminares